



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Relações de Trabalho
Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima
Câmara Recursal de Rondônia

ATA DE REUNIÃO

ATA CEEXT N° 19/2024 – Câmara Recursal de Rondônia

Reunião da Câmara Recursal de Rondônia da Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima – CEEXT/SRT/MGI – Decreto n° 11.751, de 20 de outubro de 2023.

Aos oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, às 14 horas, foi aberta a Reunião pelo Presidente da Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima – CEEXT/SRT/MGI, Sr. João Cândido de Arruda Falcão, realizada de forma remota, nos termos do Decreto n° 11.072, de 17 de maio de 2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com a participação dos demais membros designados pela Portaria SRT/MGI N° 4.389, de 18 de abril de 2024.

Assim, em consonância com as atribuições previstas no Regimento Interno da CEEXT, aprovado pela Portaria 11.946, de 05 de outubro de 2021, esta Comissão adotará os critérios e procedimentos estabelecidos na Portaria SRT/MGI n° 1.418 de 12 de março de 2024, na análise, processamento e julgamento de requerimentos de opção e no enquadramento dos servidores, no quadro em extinção da Administração Pública Federal, em cumprimento à Emenda Constitucional n° 60, de 11 de novembro de 2009 (EC 60/2009), à Emenda Constitucional n° 79, de 27 de maio de 2014 (EC 79/2014) e à Emenda Constitucional n° 98, de 6 de dezembro de 2017 (EC 98/2017).

Para julgamento foi apresentado um total de 05 (cinco) processos.

Ato contínuo, após examinar os recursos interpostos contra decisões proferidas pela Câmara de Julgamento de Rondônia, acompanhado da documentação apresentada pelos(as) requerentes, adotaram as seguintes deliberações:

Pelo **PROVIMENTO DO RECURSO** com encaminhamento de notificação de enquadramento para **CONCORDÂNCIA** do(a) interessado(a): **(03 requerimentos)**

ITEM	INTERESSADO(A)	PROCESSO	CARGO/EMPREGO	MOTIVAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
1	AMELIA SIMONE DE MELO ASSUNCAO	04093.006183/2013-69	ANALISTA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO	Efetivo exercício das atribuições de Planejamento e Orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/2018 c/c art. 31, 32, 34 e 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI nº 1.418/2024

2	ITALO FONSECA MARQUES	03125.015640/2018-33	TÉCNICO FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE	Efetivo exercício das atribuições de Finanças e Controle	Art. 29 da Lei nº 13.681/2018 c/c art. 31, 32, 36 e 38, inciso II, da Portaria SRT/MGI nº 1.418/2024
3	SANDRA APARECIDA ANGELI SLEMER	03125.015781/2018-56	AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE	Efetivo exercício das atribuições de Finanças e Controle	Art. 29 da Lei nº 13.681/2018 c/c art. 31, 32, 37 e 38, inciso II, da Portaria SRT/MGI nº 1.418/2024

Pelo **DESPROVIMENTO DO RECURSO: (02 requerimentos)**

ITEM	INTERESSADO(A)	PROCESSO	CARGO/EMPREGO	MOTIVAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
1	FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA DA SILVA	03125.017799/2018-92	ANALISTA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO	Ausência de comprovação no mínimo, 2 de atribuições de planejamento orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/2018 c/c art. 32, 34 e 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI nº 1.418/2024
2	JOSE WILLIAM DE AMORIM	19975.107311/2019-28	ANALISTA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO	Ausência de comprovação no mínimo, 2 de atribuições de planejamento orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/2018 c/c art. 32, 34 e 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI nº 1.418/2024

Após deliberação, os pareceres foram aprovados por unanimidade e encaminhados ao setor de notificação da CEEXT para as providências necessárias.

Destaca-se que os fatos e fundamentos que nortearam as decisões das Câmaras de Julgamento estão descritos nos respectivos votos e poderão ser avaliados por cada interessado(a) quando da notificação.

Nada mais a ser tratado, fica encerrada a reunião realizada de forma virtual, nos termos do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da Administração Pública Federal direta.



Documento assinado eletronicamente por **Joicyelly Regia de Lima, Membro de Câmara**, em 08/07/2024, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tayane Rocha Martins, Membro de Câmara**, em 08/07/2024, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Igor Gomes Neiva, Membro de Câmara**, em 08/07/2024, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Lacerda Rodrigues Azevedo Netto Pereira, Membro de Câmara**, em 08/07/2024, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Von Borries Lopes, Membro de Câmara**, em 08/07/2024, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Theo Rocha Pardim de Lima, Membro de Câmara**, em 08/07/2024, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Candido de Arruda Falcão, Presidente(a) de Câmara**, em 08/07/2024, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **43481053** e o código CRC **408011F7**.